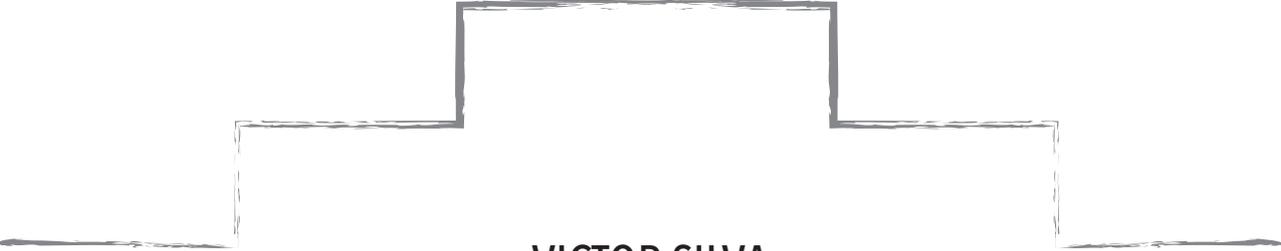


COLEÇÃO
APROVADOS
Aprenda com quem
tem história para contar



VICTOR SILVA

PROCURADORIAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS

Guia completo sobre como se preparar para a carreira

2018

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br



1

O COMEÇO DOS ESTUDOS

1.1. A FASE “PRÉ-CONCURSEIRO”

Não sei como foi a sua adolescência, mas a minha não teve as dúvidas profissionais que existem para a maioria das pessoas. Desde os 14 anos, sempre tive a certeza absoluta de que queria uma única coisa na vida: ser... Diplomata! Isso mesmo. Sempre achei a carreira interessante. O fato de você poder representar o seu país em vários outros países, de conhecer a fundo outras culturas e de morar por anos no exterior era algo que me atraía bastante.

Sempre fui um pouco pragmático, reconheço (minha namorada diz que faço tabelas e planilhas para tudo... algo que só percebi após ela falar), mas, como tudo na vida, isso tem um lado bom e outro ruim.

O lado bom (o ruim explicarei mais à frente) é que eu costumo sempre analisar os possíveis caminhos que me ajudarão a alcançar aquilo que eu desejo e, então, traçar uma rota. E a primeira dica que eu posso te dar nesse ponto é a seguinte: trace a sua rota, mas sabendo que você não controla tudo. O

mundo, acredite, é muito maior do que você. Vai muito além do que você imagina. É muito legal e importante você saber o que quer e como quer chegar lá. Mas, mais inteligente do que saber o caminho é saber adequá-lo aos imprevistos que aparecerem. Isso não significa fraqueza em seus propósitos. Não significa volubilidade. A meu ver, isso é flexibilidade, maleabilidade e, sobretudo, sabedoria. Afinal, querendo ou não, os imprevistos irão acontecer e você vai precisar lidar com eles.

Pois bem. Aos 14 anos de idade, eu queria ser diplomata e não tinha dúvidas disso. E como você já deve saber, o concurso para a diplomacia tem como requisito a graduação em qualquer curso. Por isso, precisava escolher uma faculdade. Resolvi, então, entrar no *site* do Instituto Rio Branco¹ para pesquisar um pouco e descobri que ele tinha uma sessão que indicava estatisticamente as graduações que mais tinham aprovados no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD). O Direito dominava amplamente. Pensando nisso, e aliado aos fatos de que o Direito sempre me pareceu algo interessante e de que não havia curso de Relações Internacionais em São Luís, tracei meu caminho: vou fazer Direito e estudar para a diplomacia.

Em 2004, aos 17 anos, conclui o ensino médio e consegui ingressar no curso de Direito da Universidade Federal do Maranhão. Naquele ano, tomei, ainda, duas decisões que, a meu ver, me aproximariam ainda mais da Diplomacia.

A primeira delas foi a de começar a lecionar inglês e a estudar francês, uma vez que o CACD exigia, à época, conhecimento profundo em mais de uma língua estrangeira.

A segunda foi a de prestar concurso público para uma carreira que exigia nível médio. O Tribunal de Justiça do Estado do

1. O Instituto Rio Branco é responsável pela realização do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata. *Vide*: <http://www.institutorio Branco.mre.gov.br/pt-br/Main.xml>

Maranhão (TJMA) anunciou que promoveria concurso público e pensei ser uma excelente chance para mim. Caso aprovado, com a remuneração do TJ, poderia juntar algum dinheiro para, depois de concluída a graduação, me dedicar exclusivamente ao concurso da Diplomacia sem depender dos meus pais.

Dediquei, então, o ano de 2004 a esse plano, com frentes bem pensadas e direcionadas ao mesmo objetivo.

Plano traçado, objetivo concluído. Consegui ser aprovado no TJMA, mas, por questões internas do Tribunal, apesar da homologação em 2005, a nomeação veio apenas em 2006. Nesse embalo, ainda consegui aprovações e nomeações em concursos de nível médio do Ministério Público do Estado do Maranhão e do Hospital da Universidade Federal do Maranhão. Dos três, o TJMA me pareceu mais atrativo e lá tomei posse e exercício em 09 de março de 2006.

O dia a dia do Tribunal me empolgava. Tudo aquilo era muito interessante para mim. Eu gostava de acompanhar tudo o que podia no TJMA. Participava de reuniões, dava opiniões sobre melhorias que estavam ao meu alcance, assistia às sessões de julgamento sempre que o trabalho me permitia. Enfim, buscava sempre ultrapassar aquilo que era exigido de mim. Bem ou mal, isso faz parte do meu perfil. Eu “visto a camisa” dos lugares aos quais me vinculo. Procuro dar o meu melhor. Dedico-me o máximo que posso, ainda que isso, algumas vezes, não me traga qualquer benefício financeiro pessoal.

Toda essa dedicação, porém, começou a minar o plano da diplomacia.

O meu envolvimento no Tribunal me levou a exercer cargos em diversos setores, o que, naturalmente, apenas fazia o TJMA ocupar parcela ainda maior da minha vida e iniciava uma destruição do meu plano da diplomacia.

Minha rotina começou a ficar apertada. Eu saía da graduação, no turno matutino, direto para o TJMA e ficava lá até o fim da tarde. À noite, ainda tinha as aulas de inglês ou francês. Por conta dessa rotina, já em 2007, parei com as aulas de inglês.

Fiquei nesse embalo até concluir a graduação em janeiro de 2009. Nesse período, surgiram mais algumas provas de nível médio que fiz estudando superficialmente e sem nenhum sucesso. Além disso, não iniciei sequer uma base de estudos para a diplomacia que pudesse ser aprimorada no futuro.

Via isso com certo conforto e comodismo. Imaginava que teria tempo para estudar no futuro, após a conclusão da graduação, quando pretendia me licenciar ou até mesmo pedir exoneração do TJMA para poder me dedicar exclusivamente aos estudos.

E é por isso que eu chamo essa fase de uma fase “pré-concurseira”. Esse momento de um “namoro” inicial entre você e o concurso. Aquela fase de ambientação, aproximação da realidade, conversa com pessoas que já passaram por essa experiência.

É uma fase que pode durar meses ou até anos. No meu caso, ainda que no período inicial (lá por 2004, quando me dediquei à preparação para o TJMA), eu tenha dado uma atenção maior aos concursos, em nenhum momento eu me considerei “concurseiro profissional”, como costumam dizer. Nesse primeiro momento, minha prioridade era claramente a faculdade. Após, se tornou o Tribunal. Por todos esses anos, estudar para concurso, sem sombra de dúvidas, era secundário na minha vida, o que se mostrou imprescindível depois de um tempo.

Assim, minha fase “pré-concurseira” durou anos e isso é algo que eu não recomendo a você. Se, de um lado, eu me realizava profissionalmente com as conquistas que tinha no Tribunal, do outro, foram anos pensando que poderia estar estudando um pouco mais, criando uma esperança com um concurso novo

que aparecia e perdendo em provas que sabia poderiam ter sido melhor aproveitadas.

Eu sabia que não queria o TJMA como algo definitivo para mim, mas a minha dedicação e o meu comodismo não me desvencilhavam dele.

De lá, porém, eu obtive um norte que me serviu de base para o resto da minha vida: o que é ser servidor público.

1.2. POR QUE SER SERVIDOR PÚBLICO?

De fato, são muitos os estímulos para o ingresso no serviço público. Vistos sob uma perspectiva estritamente individualista, três, certamente, se destacam: a estabilidade, a remuneração e o regime previdenciário próprio.

A estabilidade no serviço público constitui-se no direito de o servidor público somente perder o cargo contra a sua vontade por motivos bastante específicos, a saber: em virtude de sentença judicial transitada em julgado; mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa; ou para cumprimento dos limites legais de despesas com pessoal (arts. 40 e 169, §3º, da Constituição Federal)².

A razão de ser desse instituto não decorre de um voluntarismo constitucional em benefício dos servidores públicos. No regime constitucional brasileiro, não haveria sentido de se permitir o ingresso ou a retirada de servidores ao mero alvedrio do gestor público, mantendo-se apenas aqueles que satisfizessem os seus interesses. Tal conduta implicaria em inevitável

2. Não custa lembrar que alguns cargos dotam de vitaliciedade, que se constitui na prerrogativa de perda do cargo apenas em razão de sentença judicial transitada em julgado (*vide* arts. 95, I e 128, §5º, I, *a*, CF88).

manutenção do patrimonialismo do serviço público, tal como se verificava no regime pré-88 e que ainda encontra alguns infelizes ranços nos dias atuais através do muitas vezes equivocado provimento dos hoje já excepcionais cargos em comissão, por natureza, de livre nomeação e exoneração. A estabilidade, portanto, compõe um sistema de realização dos princípios do concurso público, da impessoalidade e da eficiência da Administração Pública (art. 37, *caput*, e II, da CF88).

A remuneração, por sua vez, também se mostra um atrativo às carreiras públicas. Não se pode negar que, em diversos casos, a remuneração dos servidores públicos é superior à de funções correlatas na esfera privada. Essa realidade se deve, especialmente, à compreensão de que maiores remunerações atraem mão de obra mais qualificada e desestimulam práticas corruptivas – fatos esses que nem sempre se comprovam na vida cotidiana –, mas também, muitas vezes, à consolidação de privilégios pontuais em favor de certas categorias.

É de se reconhecer, porém, que essas remunerações mais elevadas, ainda que encontrem reiterados exemplos, nem sempre se efetivam em diversas carreiras públicas, com destaque para alguns Estados e a maioria dos Municípios. Além disso, a imposição constitucional de um teto remuneratório (art. 37, XI, da CF88) limita a remuneração de servidores públicos, o que não ocorre em relação à esfera privada, de onde, ainda que excepcionalmente, é possível aferir valores ilimitados.

Por fim, o regime próprio de previdência social, conferido pelo art. 40 da Constituição Federal confere aos servidores públicos uma situação diferenciada em relação aos demais trabalhadores, com regramentos próprios, prática essa que, todavia, tende a ser abolida diante da criação do regime de previdência complementar inaugurado pela EC 20/98, já instituído pela União e por alguns Estados.

Portanto, essas três características do funcionalismo público, de fato, existem, mas não são tão “bondosas” quanto pode imaginar alguém que esteja de fora. Mas, ainda assim, podem ser vistas como estímulo ao ingresso no serviço público quando vistas sob uma ótica estritamente individualista. E é justamente por isso, esse seu caráter individualista, que não devem ser os reais fatores a determinarem alguém a desejar ser servidor público.

E que isso fique bem claro. Não estou dizendo que a pessoa está errada em querer ter estabilidade, uma remuneração boa e um plano previdenciário especial. É natural que essas condições sejam atrativas e que componham o conjunto de fatores que influenciam a escolha de uma função, seja ela pública ou privada (não se pode esquecer que as perspectivas de remuneração, previdência e maior estabilidade no emprego também influenciam um trabalhador comum a escolher entre uma empresa e outra). Compreendo apenas que essas características, ainda que compusessem o espectro de fatores relevantes à escolha pelo serviço público não deveriam ser o **determinante** para tanto.

Isso porque, a meu ver, ser servidor público exige um espírito – ou, como costumamos dizer no Direito, um *animus* – muito próprio e que deveria ser, esse sim, o **determinante** à escolha por uma carreira pública.

Ainda que de forma mais teórica e distante, trago comigo esse pensamento desde antes do ingresso no serviço público. Meu pai, apesar de ter dedicado grande parte de sua vida ao comércio, foi servidor público por quase vinte anos entre os anos 1970 e 1990 e foi a partir dele que tive a compreensão inicial do que significaria ser servidor público: uma pessoa que dedica a sua vida em favor do Estado, acima de seus próprios interesses pessoais. Esse é o pensamento que acredito deva ser o **determinante** para a escolha de uma carreira pública.

Costumo dizer que nunca fui defensor da compreensão atual tida por muitas pessoas de que “só o concurso salva”. Pelo contrário. Penso que esforço e dedicação permitem o alcance de resultados extraordinários na esfera privada, naturalmente mais flexível e dinâmica que o serviço público.

Além disso, diante do cenário histórico de nosso país, costumamos ter uma sensação comum de que apenas os políticos ou os ocupantes dos altos escalões da República sintetizam a parcela prejudicial do serviço público. É preciso lembrar, porém, que as mazelas do serviço público estão em todas as suas esferas, independentemente da complexidade, da remuneração do cargo ou da forma de provimento do cargo.

Ao exercer o meu primeiro cargo público, pude perceber isso. Via em algumas pessoas, independentemente do cargo que ocupassem, a indistinção entre o público e o privado, a irresponsabilidade em relação ao cargo ocupado, o aproveitamento da função pública em benefício única e exclusivamente pessoal, enfim, a ausência desse *animus* de atuar em favor do próximo.

Paralelamente, porém, tive o prazer de compartilhar do contato com pessoas que me mostravam diária e despretensiosamente que esse perfil, ainda que extremamente prejudicial, era excepcional. No TJMA, encontrei pessoas que são para mim, até hoje, exemplo de servidores públicos abnegados. Pessoas que sacrificavam seus dias e noites em prol de uma causa que não era sua, mas de terceiros que, em sua gigantesca maioria, desconheciam. Tudo isso, cientes de que o sucesso de suas atividades não lhes renderia um centavo a mais. E assim, participei e pude presenciar diversos casamentos comunitários, mutirões processuais, implementações de inovações tecnológicas, reorganizações de procedimentos, julgamentos em massa, correições extraordinárias, licitações de alta complexidade e tantas outras atividades.

De todas elas, destaco uma. No ano de 2008, junto a alguns colegas, coordenei o mutirão carcerário realizado na ainda nacionalmente desconhecido Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Foram duas semanas inteiras inserido nas diversas unidades do Complexo, passando, inclusive por uma rebelião, que não afastou o cumprimento do objetivo firmado pela equipe. Além disso, tivemos cerca de um mês repleto de reuniões madrugadas a dentro na sede do TJMA. Concluimos, naquela oportunidade, aquele que acredito tenha sido o primeiro censo do Complexo Penitenciário de Pedrinhas³. Tudo isso, reitero, sabendo que a nossa participação ou ausência não teriam qualquer interferência remuneratória em nossos contracheques.

Naquela oportunidade, e em tantas outras ao longo dos 06 anos em que atuei junto ao TJMA, pude ver na prática aquilo que aprendi em casa e, mais do que isso, tive a consciência de que, assim como aquelas pessoas que estavam a meu lado, guardava dentro de mim esse *animus* necessário ao exercício da função pública.

E é por essas convicções que guardo comigo que, sempre que tenho oportunidade, ao conversar com alguém interessado em ingressar no serviço público, faço a mesma questão, **que aproveito para fazer também a VOCÊ:**

Por que você quer ser servidor público?

Não faço isso como um desafio ou uma intimidação. Pelo contrário. Faço isso para dar ao meu interlocutor – nessa oportunidade, **VOCÊ** – a chance de reforçar suas convicções e compreender o que realmente o motiva a dedicar um precioso

3. <http://www.tjma.jus.br/tj/visualiza/publicacao/13107>

período de sua vida na busca de um objetivo tão importante e que exige tanta dedicação.

Tenha certeza, ter **AUTOCONHECIMENTO**, é o primeiro passo para o seu sucesso em qualquer coisa que deseje fazer na sua vida. Esteja ciente daquilo que te move para chegar naquele ponto. Saiba das balizas, dos fundamentos, daquilo que existe dentro de você, que é só seu e de mais ninguém e que realmente faz com que você se estimule a lutar por uma carreira pública.

Se fizer sentido para você, pense e escreva (agora!) em uma folha de papel em branco **PORQUE VOCÊ QUER SER SERVIDOR PÚBLICO**. Pode ser um conjunto de palavras, uma frase, um pequeno texto. Faça o que fizer sentido para você e veja essa folha todas as manhãs.

A minha resposta a esse questionamento, eu digo a você sem hesitar:

*Não é a estabilidade, a remuneração ou a aposentadoria. Tudo isso é importante, influencia, mas não é o determinante, especialmente porque pode ser conseguido, de diversas outras formas em diversos outros lugares. Desde a minha adolescência, ser servidor público era uma consequência da carreira que eu imaginava seguir à época, que era a diplomacia. Mas depois de começar a trabalhar na Administração Pública, eu percebi que eu tinha o desejo de ser servidor público, independentemente da carreira. E isso aconteceu quando eu pude constatar que **no serviço público, não importa a função que você exerça, com um único ato, você pode modificar positivamente a vida de um número incomensurável de pessoas**. Em mais de dez anos de serviço público, eu sempre valorizei e respeitei ao máximo todas as funções que exerci, desde o primeiro cargo que ocupei até hoje. E nesse caminho encontrei um grande número de pessoas que compartilhavam desse pensamento e que me mostraram o quanto é importante que pessoas que tenham esse mesmo perfil dediquem suas vidas ao serviço público. Desde 09 de março de 2006 – quando*